



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PP	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

AVULSO

SUMÁRIO

Proposta de Emenda Constitucional.... 02

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica inserido no texto do artigo 98 da Constituição do Paraná o parágrafo 6º, com a seguinte redação:

§ 6º. *Os créditos alimentícios titularizados por idosos, assim entendidas as pessoas que contem com 60 anos de idade ou mais, desde que comprovada esta particularidade no ofício requisitório, deverão ser pagos pela Fazenda Estadual, Municipal e pelas autarquias no prazo de sessenta dias, contados da data de apresentação do precatório, na ordem cronológica de sua apresentação, sendo vedada a cessão do crédito a terceiros, inclusive para fins de compensação tributária.*

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 22.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Jocelito Canto, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Nelson Garcia, Dobrandino da Silva, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Luiz Accorsi, Delegado Bradock, Barbosa Neto, Mauro Moraes, Pedro Ivo Ilkiv e 02 Ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

De início, a ressalva formal da competência resta solucionada em função da atribuição ao Governador, obediente à regra de simetria com o que estabelece a Constituição Federal, da iniciativa de proposta de emenda à Constituição. Quando à matéria de fundo, cumpre já de início considerar que os precatórios cíveis de natureza alimentícia têm tratamento diferenciado quanto ao pagamento em relação a créditos de outra natureza, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal, e o parágrafo 2º. do artigo 98 da Constituição Estadual. O Governo do Estado tem assim interpretado e procedido quando lhes destina 70% do montante previsto para pagamento de precatórios em geral. E, não poderia ser diferente, porquanto compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos e pensões.

O artigo 100 da Constituição Federal assim determina:

Art. 100. *À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal,*

Estadual ou Municipal, em virtude sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

No mais a Constituição Federal é omissa quanto à ordem cronológica do pagamento dos precatórios alimentícios.

O parágrafo 5º, do artigo 98 da Constituição Estadual, determina:

Art. 98. *Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.*

§ 5º *Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual ou municipal e pela autarquias, no prazo de trinta dias contados da data da apresentação dos precatórios, na ordem cronológica de sua apresentação.*

Assim este dispositivo estatui ordem cronológica para pagamento de créditos de natureza alimentícia, como também, determina que a Fazenda Estadual o faça no prazo de trinta dias contados da data de apresentação.

Com o advento da recente Lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, vemos prescrito em seu artigo 71: *É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.* Da leitura do aludido artigo poder-se-ia interpretar que a mencionada prioridade ficaria balizada estritamente à esfera judicial, o que fica esclarecido plenamente com o parágrafo 3º do mesmo artigo 71: *A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços da Assistência Judiciária.* Portanto o pagamento de precatórios é, indubitavelmente, um procedimento da Administração Pública.

Ilustrando ainda, em 23 de abril de 2004 pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal de nº 418 é priorizado aos Idosos a restituição do Imposto de Renda do ano. Poder-se-á, inclusive, ressaltar que até a correção do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, o FGTS, está sendo liberado com prioridade aos Idosos.

É de bom senso que se demonstre respeito por aqueles que já deram de si, ao longo do tempo e diante da menos expectativa de vida que vivenciam, são merecedores de receberem seus justos benefícios, para usufruí-los, ainda em suas vidas.

Esta proposta de emenda à Constituição visa, portanto, fazer com que o Estado do Paraná, na linha do respeito ao idoso gizada pela legislação federal, seja pioneiro também no reconhecimento da dignidade da terceira idade, traduzido na priorização de pagamento dos créditos havidos junto ao Estado pelos que se enquadram nesta condição.